



PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRA

Oficial de C.P.N. e Tabelião
de Notas do Mun. Ribeira
Iliracy Duarte de Camargo
Ari de Almeida Camargo

LEI Nº 392 DE 28 DE MARÇO DE 2008.

Dispõe sobre a criação de Centro Municipal de Educação Especial, voltado para a inclusão social e escolar, capacitação física e mental, da criança e adolescente portador de deficiências e dá sua denominação.

Jonas Dias Batista, Prefeito Municipal de Ribeira, do Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais e com suporte no artigo 198 "caput", seus incisos e parágrafos da Constituição Federal c/c artigos 4º, incisos I, II, VIII e 71, inciso VIII, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e eu Prefeito Municipal, sanciono e promulgo a seguinte LEI:

Artigo 1º. Fica criado no Município de Ribeira o "CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL", órgão Municipal que terá por finalidade prestar assistência na inclusão social escolar, na capacitação física e mental da criança e do adolescente portadores de deficiências com problemas semelhantes.

Parágrafo Único: Fica Denominado o Centro Municipal de Educação Especial de "Nilva Cordeiro da Silva Cristo".

Artigo 2º. O "CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL" funcionará na cidade de Ribeira, prestando serviços gratuitos na área que se dispõe a atuar, sob a orientação de profissionais qualificados no exercício das funções e cargos que forem servir.

Artigo 3º. O "CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL" formará uma equipe técnica tendo como seus participantes: Coordenador, Assistente Social, Educador (a) Especial, Fisioterapeuta, Fonoaudiólogo, Médicos, Psicopedagoga, Terapeuta Ocupacional e Psicólogo (a).

Parágrafo Único: A enumeração dos técnicos acima especificados, poderá sofrer as mudanças que se fizeram necessárias na adaptação dos serviços prestados.

Artigo 4º. Os servidores municipais, efetivos, estáveis ou contratados, lotados na "Unidade Integrada da Saúde Ribeira" – UISR – ou no "Programa de saúde da Família" – PSF – ou do quadro Permanente da Prefeitura Municipal de Ribeira, por disposição do Poder Executivo, poderão cumprir sua jornada de trabalho no atendimento ao "CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL", sem prejuízo de seus vencimentos/ remuneração, tempo de serviço ou outras vantagens do cargo/ emprego, quer funcional ou pessoal.

Artigo 5º. Fica criado por esta Lei Municipal, o EMPREGO de Coordenador Geral do CENTRO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, como CARGO EM COMISSÃO, do ANEXO IV – "Cargos em Comissão", e, referência 18 e do ANEXO XII "Da Escala de remuneração/ Vencimentos e seus Valores", todos da Lei Municipal nº 368 de 22 de Dezembro de 2006.